



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Data: 21 de novembro de 2011

Hora: 14 horas

Local: Sala Multimeios – Rua Mato Grosso, 468, Belo Horizonte – MG

Presentes os seguintes integrantes do Grupo Estratégico: Sandra Pimentel Mendes, Diretora-Judiciária; André Luiz Morais Mascarenhas, Assessor-Chefe da Diretoria-Geral, representando o Diretor-Geral, Guilherme Augusto de Araújo, Ricardo Silva Stevanovic, Assessor da Corregedoria; Adriana Spinelli, Assessora de Comunicação Social; Ronaldo da Silva, Assessor da Escola Judicial; Patrícia Helena dos Reis, Assessora de Planejamento Estratégico; Sylvio Túlio Peixoto, Assessor de Apoio à 1ª Instância; Herce Martins Pontes, Coordenador Financeiro; Gilberto Atman Picardi Faria, Coordenador de Informática; Carlos Athayde Valadares Viegas, Coordenador Administrativo; Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Diretor de Apoio Administrativo; Hudson Luiz Guimarães, Diretor de Engenharia; Diretora de Material e Patrimônio, Cláudia Sampaio Gonçalves; Maria Beatriz Abreu Rodrigues de Souza, Diretora de Recursos Humanos; Raquel Aguiar Ferreira, representando o Diretor da Secretaria de Saúde, Geraldo Mendes Diniz, Gisele Maria Campos Lemos, representando o Diretor do Arquivo-Geral, Cláudio Pena Rocha. Ausente o Secretário-Geral da Presidência, Eliel Negromonte Filho.

Presentes os seguintes convidados: Ricardo Oliveira Marques, Assessor da Diretoria-Geral; Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto, Assessor de Implementação de Projetos Administrativos; Paulo Márcio Diniz, Assessor de Apoio Externo Institucional; Pedro Lamounier de Carvalho, Diretor da DSAOC; Isabela Freitas Moreira Pinto, Diretora da DSDLJ; Denise Maria Reis Grego, Diretora da DSCPDF; Walter de Deus Lopes, Diretor da Secretaria de Recursos; Marco Antônio Rosa, Diretor da Secretaria de Execuções e Precatórios; Fernando Antônio Cruz, representando a Diretora de Mandados Judiciais, Margareth Maria Telles Bastos; Cristina Portugal Moreira da Rocha, Diretora da 3ª Turma; assistentes Andréa Borges da Costa, da Corregedoria; Danuza Pereira Mantuano, da Comissão de Gestão Ambiental; Adriana Rocha Kascher e Gustavo Novais Bondam, da Diretoria Judiciária; Maria de Lourdes de Araújo Dumont, da Escola Judicial; Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva, da Diretoria de Saúde; Cristiano Barros Reis, Liégia Maciel de Oliveira e Maricília Marques da Silva Zocrato, da Diretoria-Geral. Abrindo os trabalhos, o consultor da Tantum/Symnetics Jayme Alexandre Dias de Lima destacou que o grande produto da RAE, realizada em um novo formato, será a análise das recomendações dos responsáveis pelos indicadores e projetos e a definição das próximas ações, com indicativo dos responsáveis e dos prazos. O consultor explanou sobre as atividades do modelo de gestão da estratégia, explicitando o fluxo e a sistemática da RAE. Patrícia Reis, Assessora de Planejamento Estratégico, esclareceu que o foco desta reunião será o Planejamento Estratégico em vigor, uma vez que a nova proposta de planejamento, construída ao longo do ano, poderá ser implantada somente em 2012, após aprovação pelo Tribunal Pleno. Ela também noticiou o aditamento do contrato firmado com a consultoria Tantum/Symnetics, que permitirá a continuidade do trabalho realizado, em



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

especial na preparação das Reuniões de Análise da Estratégia, no alinhamento do orçamento ao Planejamento Estratégico e na implantação do Escritório de Projetos. Informou ainda que, na presente reunião, seriam analisados dois indicadores e dois projetos em andamento normal, diferentemente das futuras RAEs, em que serão analisados os indicadores e projetos em situação crítica. Na sequência, a análise dos indicadores e projetos:

Indicador 24 - Índice de Condições de trabalho

Análise: Houve ampliação do número de setores avaliados, além de mudança na coleta de dados. Os Agentes de Saúde avaliaram suas lotações, com base em *checklist* adaptado e com linguagem acessível. Foram avaliadas 17% do total de lotações do Tribunal das áreas administrativa e judiciária. A avaliação de temperatura, iluminação e nível de ruído não foi considerada por necessitar de equipamento e pessoal habilitado.

Deliberação:

- 1) Priorização dos critérios da NR 17 (Norma Regulamentadora), em função do tamanho da população atingida. O relatório deverá ser entregue ao Coordenador Administrativo até 15 de dezembro/2011.
 - 2) Estabelecimento de parcerias com as áreas afins (TI, Engenharia etc.) para promoção e adequação da NR 17 à realidade do Tribunal.
- Responsável: Gustavo Henrique da Silva (Diretoria de Saúde)

Os indicadores 28 e 29 foram analisados em conjunto:

Indicador 28 - Índice de orçamento estratégico:

Análise: O indicador não possui meta. Até setembro/2011 haviam sido disponibilizados 1,5% do orçamento total para iniciativas estratégicas.

Indicador 29 - Índice de execução do orçamento estratégico

Análise: Até o mês de setembro/2011 foram atingidos 82,49% da meta de 88%, o que indica que, até o final do exercício, é bastante provável que os recursos destinados a iniciativas estratégicas sejam realizados em sua totalidade ou bem próximo à meta.

Deliberações:

- 1) Promover reunião, ainda em 2011, com a participação do Diretor-Geral, Diretora-Judiciária, Secretário-Geral da Presidência, Diretores de Coordenação Administrativa, Financeira e de Informática, Assessora de Planejamento Estratégico, representantes da Corregedoria e da Escola Judicial e Assessora de Comunicação Social, para definição dos percentuais dos projetos estratégicos no orçamento de 2012.
- 2) Promover reunião da equipe até a segunda quinzena de fevereiro/2012, para definição dos percentuais dos projetos estratégicos no orçamento de 2013.

Observações:

A medida visa propiciar à DSCF acesso ao volume de projetos estratégicos no início do exercício.

A assessora de Planejamento Estratégico destacou a importância de que os custos dos projetos sejam estimados com precisão, para a correta medição do indicador.

Responsável pelo agendamento das reuniões: Patrícia Reis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Projeto: Ampliação da Gestão Documental - Subdivide-se em duas ações: Implantação do Processo administrativo Eletrônico, a partir do Sistema Único de Protocolo-SUP e Padronização dos atos normativos do TRT.

Projeto de Implantação do Processo Administrativo Eletrônico - SUP:
As etapas 1.1 a 1.4 tiveram seu desempenho limitado, em razão das sucessivas mudanças nos cargos administrativos e da priorização de ações nas áreas de TI por meio das políticas aprovadas pelo CTIC. Com a aprovação, em 17/11/11, pela referida comissão, da proposta de aprimoramento do SUP, que dá origem ao Processo Administrativo Eletrônico, as ações serão retomadas.

Projeto de Normalização e consolidação dos atos administrativos:
A publicação da Resolução nº 5/2010, dispoendo sobre a definição dos atos administrativos, cumpriu em 100% a meta de dotar a Administração de um padrão para edição de normativas. As demais etapas previstas neste Plano dependem da aprovação do Regulamento-Geral do Tribunal, no qual está estruturada a unidade responsável pela normalização e sem a qual é impossível implementar todo o projeto. As gestões nessa área estão sendo realizadas em conjunto pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e Diretoria da Secretaria de Documentação Legislação e Jurisprudência (DSDLJ) e são inclusive objeto de reestruturação para o alcance dos objetivos, enquanto não aprovado o Regulamento-Geral.

Recomendação: Para a continuidade do projeto, atendida ou não a atual formatação, é necessário uma reapresentação para a atual Administração do Tribunal. Os planos de ação que integram o Programa de Gestão Documental têm abrangência institucional e pressupõem a continuidade do planejamento estratégico da Instituição de modo a possibilitar o envolvimento e a interoperabilidade de todas as unidades. Entende-se como fundamental, no caso, a aprovação e vigência do novo Regulamento-Geral, a partir da qual será possível melhor definir as competências e atribuições complementares à ação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Enquanto isso, em face da atual realidade administrativa, o projeto passa por reformulações no âmbito do refinamento do próprio planejamento estratégico.

OBS: Gilberto Atman, Coordenador de Informática, destacou que não existe, no Tribunal, normalização da Segurança da Informação, e propôs que a matéria seja analisada em conjunto com a Gestão Documental.

Deliberações:

- 1) Inclusão do tema Gestão Documental na pauta do AMPLA.
 - 2) Divulgação da Resolução nº 05/2010 no âmbito do TRT.
- Responsável: Isabela Freitas (DSDLJ)

Projeto AMPLA: Acompanhamento das Metas do Planejamento Estratégico

Análise: Foram realizadas, em 2010 e 2011, dez reuniões, com 100% das varas do trabalho convidadas.

Deliberações:

- 1) institucionalização do projeto AMPLA.
 - 2) Consolidação e revisão da pauta de reuniões do AMPLA
- Responsável: Por ora, indeterminado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Destacando a participação do grupo como o ponto positivo da reunião, o consultor apresentou os pontos críticos para realização de uma análise/recomendação efetiva, observando que é preciso avançar em qualidade nestes aspectos, com vistas ao aperfeiçoamento das futuras RAE. Patrícia Reis apresentou uma retrospectiva de todo o processo construído nos últimos meses em termos da gestão estratégica (revisão do planejamento, construção dos desdobramentos, plano de comunicação e escritório de projetos), destacando que o esforço foi no sentido de dar foco aos projetos alinhados aos objetivos estratégicos e de imprimir a marca do TRT à sua estratégia. A assessora informou ainda que a proposta do novo Planejamento Estratégico será apresentada no Pleno de dezembro e que, após sua aprovação, será realizada reunião administrativa sobre o tema. Sobre o Escritório de Projetos, esclareceu que, em cumprimento à Meta 1 do CNJ, a criação deste deverá ser aprovada até o fim do ano. A assessora também informou que, por ora, e até solicitação em contrário, não será mais necessário medir os 21 indicadores do CNJ, como vinha ocorrendo e que as RAEs, possivelmente, serão realizadas nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Encerrando a reunião, a Diretora Judiciária, Sandra Pimentel Mendes, externou sua satisfação com o andamento dos trabalhos e disse acreditar que o Planejamento Estratégico irá, cada vez mais, ocupar o seu espaço na instituição e que, a partir de 2012, o processo deverá transcorrer de forma tranqüila e perene. Para constar eu, _____ Patrícia Helena dos Reis, Assessora de Planejamento Estratégico, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

| | |
|-------------------------------------|--|
| Sandra Pimentel Mendes | |
| André Luiz Morais Mascarenhas | |
| Ricardo Silva Stevanovic | |
| Adriana Spinelli | |
| Ronaldo da Silva | |
| Patrícia Helena dos Reis | |
| Sylvio Túlio Peixoto | |
| Herce Martins Pontes | |
| Gilberto Atman Picardi Faria | |
| Carlos Athayde Valadares Viegas | |
| Mozart Secundino de Oliveira Júnior | |
| Gisele Maria Campos Lemos | |
| Hudson Luiz Guimarães | |
| Cláudia Sampaio Gonçalves | |
| Maria Beatriz Abreu R. de Souza | |
| Raquel Aguiar Ferreira | |
| Ricardo Oliveira Marques | |
| Paulo Márcio Diniz | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

| | |
|---|--|
| Cassiano Carneiro da Cunha Nóbreg Netto | |
| Pedro Lamounier de Carvalho | |
| Isabela Freitas Moreira Pinto | |
| Denise Reis Grego | |
| Walter de Deus Lopes | |
| Marco Antônio Rosa | |
| Fernando Antônio Cruz | |
| Cristina Portugal Moreira da Rocha | |
| Andréa Borges da Costa | |
| Danuza Pereira Mantuano | |
| Adriana Rocha Kascher | |
| Gustavo Novais Bondam | |
| Maria de Lourdes de Araújo Dumont | |
| Gustavo Henrique Mendes Gabriel Silva | |
| Cristiano Barros Reis | |
| Liégia Maciel de Oliveira | |
| Maricília Marques da Silva Zocrato | |